

A SÉTIMA PORTA DA CIDADE: MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E RESENTIMENTO NA HISTÓRIA DE SÃO PAULO

*Amilcar Torrão Filho **

RESUMO

Este artigo discute algumas teorias sobre a memória, tanto a memória social como a memória involuntária, o esquecimento como parte da constituição da memória e o ressentimento na constituição de uma memória paulista que cria mitos e exclui seu passado colonial, a escravidão indígena e a presença do negro na História da cidade e do Estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: memória, esquecimento, São Paulo, urbanismo.

ABSTRACT

This article discusses some theories about memory – both the social and the involuntary –, and the forgetfulness as a part of memory's constitution. It also focuses on the resentment regarding the constitution of a Paulista memory that creates myths and excludes its colonial past, the indigenous slavery and the presence of black people in São Paulo history.

KEYWORDS: memory, forgetfulness, São Paulo, urbanism.

* Mestre em História e Doutorando pelo IFCH, Unicamp.

Introdução

Monumentos, prédios, traçados de ruas, costumes, atos de bravura, percursos, lutas e confrontos, tardes de domingo, trabalho na fábrica e na oficina de costura, são impressões-recordações, reminiscências que, entre outras, formam o amálgama de opiniões sobre São Paulo. Materialidade que atua como suporte visível da memória, mas também mitos e lendas, recordações, projeções utópicas, conformam memórias sem lugar, afetivas, também intelectuais e eruditas, que entre passado e futuro compõem uma imagem-identidade de São Paulo.

Maria Stella Bresciani,

Imagens de São Paulo: estética e cidadania.

Em que o estudo da memória pode servir ao historiador do século XVIII? De que maneira o historiador que lida apenas com os mortos, sepultados já há tanto tempo, pode se servir da memória? É possível fazê-los falar novamente, ressuscitá-los, ouvir seus depoimentos como se tivéssemos um gravador ou uma câmara de vídeo apontadas em sua direção? Certamente que não; assim, para que pode servir a memória ao historiador do século XVIII? E mais: para que pode servir a memória ao historiador de uma cidade tantas vezes *acusada* de não ter memória, de destruir deliberadamente a sua memória, de fazê-lo com gosto e satisfação, de orgulhar-se disso, como é o caso de São Paulo?

Ao se falar em memória sobre São Paulo não se pode deixar de pensar no esquecimento, que parece ser um exercício constante que se exige a uma metrópole voltada para o futuro, para o progresso, ansiosa por voltar as costas ao seu passado; ou como diria Antonio de Alcântara Machado¹, uma “nova rica” que em “dois

¹ ALCÂNTARA MACHADO, Antônio de. Estética suburbana. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, I(XII), maio, 1939, p. 39-40.

tempos” se fez milionária e faz de tudo por esquecer o tempo em que era apenas uma “formosa sem dote”², pobre e desalinhada. O que se lembra e o que se esquece na história desta cidade será meu tema neste artigo.

Quando me referir a São Paulo neste texto, estarei pensando ora na cidade, ora na região que veio a compor a capitania, logo o atual estado de São Paulo.

Os caminhos tortuosos da memória

Exatamente três meses antes do homicídio em Martingale, Mrs. Maxie ofereceu um jantar. Anos mais tarde, quando o julgamento já era um escândalo meio esquecido e as manchetes iam amarelando na pilha dos jornais das gavetas do armário, Eleanor Maxie relembrava aquela noite de primavera como a cena de abertura da tragédia. A memória, seletiva e perversa, revestia o que fora um jantar perfeitamente banal com uma aura de presságio e inquietação. Tornava-se, em retrospecto, um ritual que reunira sob o mesmo teto vítima e suspeitos, um estágio preliminar para o crime. Na realidade, nem todos os suspeitos estiveram presentes. Felix Hearne, por exemplo, não se encontrava em Martingale naquele fim-de-semana. Em sua memória, porém, também ele se sentava à mesa, contemplando com olhos divertidos e sardônicos os primeiros esgares dos comediantes.

Assim inicia-se o romance policial de P. D. James³, *A chantagista*, numa digressão sobre a memória que nos faz lembrar de Bergson, quando ele diz que o passado tende a reconquistar sua

² AZEVEDO, Aroldo de. São Paulo, de vila quincentista a metrópole regional. *Boletim paulista de geografia*, São Paulo, 39, 1961, p. 13.

³ JAMES, P.D. *A chantagista*. Trad. port. Mário Molina. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984, p. 5, destaque meu.

influência perdida se atualizando, num progresso contínuo.⁴ Mais do que isso, a memória para este autor é *a utilização da experiência passada para a ação presente*.⁵ Em suas anamneses, os suspeitos devem localizar-se no tempo e, sobretudo, no espaço, determinando onde estavam e o que faziam no momento do crime, atualizando o passado na narrativa que tecem e nos álibis que constroem. Quando o detetive Adam Dalgleish toma os depoimentos dos suspeitos de terem assassinado a criada Sally Jupp na mansão dos Maxie, ele também atualiza o passado num contínuo cujo efeito disparador é a ação no presente. *A memória possui um primeiro e bem definido patamar: a memória é desencadeada de um lugar, e este se situa no presente. A memória do passado revela, de imediato, sua incontornável inscrição original: o tempo presente*.⁶ E se a matéria é o efeito disparador da recordação, e se o corpo funciona como *um limite movente entre o futuro [a solução do crime] e o passado [a ação criminosa], como uma ponte móvel que nosso passado estenderia sobre nosso futuro*⁷, temos no corpo de Sally Jupp estendido sem vida sobre sua cama, uma metáfora perfeita para esta memória bergsoniana. Estabelece-se, assim, uma duração que é a definição mesma do tempo para Bergson: a memória atualiza o passado num contínuo que *prolonga o efeito útil até o momento presente*.⁸ A percepção da memória se prolonga no movimento criando assim a duração; e se imagens antigas se prolongam neste movimento *elas aproveitam da ocasião para se deslizar na percepção atual e se fazerem aprovadas*.⁹

⁴ BERGSON, Henri. *Matière et mémoire: essai sur la relation du corps à l'esprit*, 92. ed., Paris: Presses Universitaires de France, 1968, p. 146.

⁵ *Ibidem*, p. 82.

⁶ SEIXAS, Jacy Alves de. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, Jacy A., BRESCIANI, Maria Stella, BREPOHL, Marion (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002, p. 62-63.

⁷ BERGSON, H., op. cit., p. 82. Em Tomás de Aquino, comentando Aristóteles na *Suma Teológica*, encontramos esta mesma noção: "A memória está ligada ao corpo". Apud LE GOFF, Jacques. *El orden de la memoria: el tiempo como imaginário*. Trad. esp., Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1991, p. 161.

⁸ BERGSON, H., op. cit., p. 87.

⁹ *Ibidem*, p. 104-105.

A duração é um fluxo pleno e contínuo que se projeta infinitamente no futuro, à qual não se pode fragmentar no instante. Material e espiritual ao mesmo tempo, esta memória habita *o mundo rígido e instável da matéria, tanto quanto reside, como elástica faculdade, em nosso espírito*.¹⁰

Já Halbwachs veria no conflito de interesses que enredam o crime o conflito entre várias memórias sociais (para ele há tantas memórias quantos grupos existem), pois não esqueçamos que Sally Jupp trabalhava na casa dos Maxie, suspeitos de terem assassinado a criada que foi pedida em casamento por Stephen Maxie, primogênito da família. A memória individual de cada envolvido na trama está determinada por sua pertença social, pelo grupo ao qual fazem parte. A reconstrução desta memória, pois para ele toda memória é construída, só se opera *a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade*.¹¹ Não existe a possibilidade de que os suspeitos ou testemunhas do crime construam uma imagem, uma memória do fato, sem estarem inseridos nos quadros sociais da memória que são exteriores ao indivíduo; eles não podem reivindicar para si uma memória estritamente individual ou involuntária (a única verdadeira memória para Bergson) já que para Halbwachs ela não existe, pois *só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo*.¹² O que rege a atividade mnêmica é *a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra*.¹³ Estes quadros sociais que envolvem o indivíduo e determinam suas re-

¹⁰ SEIXAS, J. A., op. cit., p. 64.

¹¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. port. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: *Vértice*, Revista dos Tribunais, 1990, p. 34.

¹² *Ibidem*, p. 36.

¹³ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, Edusp, 1987, p. 23.

cordações não são prisões, ou *uma espécie de Moloch espiritual que reclama de nós o sacrifício de todas nossas preferências individuais*¹⁴ mas são tão invisíveis *como a atmosfera que respiramos*¹⁵ e da qual nem nos apercebemos, tão rarefeita é ela; eles são a fonte de nossa vida afetiva, de nossas experiências e de nossas idéias, pois descobrimos que *os homens nos amam ao mesmo tempo em que nos reprimem*.¹⁶ Miss Liddell, a diretora do abrigo Santa Maria onde a mãe solteira Sally Jupp ficou hospedada, ao se recordar de sua antiga protegida que ousou supor que poderia entrar pelo casamento em uma família nobre, o faz do ponto de vista dos quadros sociais da nobreza aos quais estava inserida não por nascimento mas por afinidade. Assim ela reconstrói a imagem da garota perdida redimida pela humildade e pelo trabalho que se transforma de repente na arrogante criada que decidiu aceitar o pedido de casamento de seu patrão e superior. *Sem dúvida, ela plantou o castigo que colheu*.¹⁷

Bachelard irá opôr-se à tese bergsoniana da continuidade e da duração postulando metafisicamente a *existência de lacunas na duração*.¹⁸ A continuidade que possa ser estabelecida aos acontecimentos de Martingale só é possível por meio de uma operação mental, de uma duração artificial. É o que faz Mrs. Maxie ao recordar o jantar que teria detonado os acontecimentos desastrosos da morte de sua criada, revestindo algo que fora absolutamente normal, sem relação direta com o crime, com *uma aura de presságio e inquietação*. Os acontecimentos não se depositam ao longo de uma duração como algo certo e natural, eles têm *necessidade de serem ordenados num sistema artificial – racional ou social – que lhes dê um sentido e uma data*.¹⁹ Pois nossa his-

¹⁴ HALBWACHS, Maurice, *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1925, p. 111.

¹⁵ HALBWACHS, M., *A memória coletiva*, op. cit., p. 40.

¹⁶ HALBWACHS, M., *Les cadres sociaux...*, op. cit., p. 111.

¹⁷ JAMES, P.D., op. cit., p. 116.

¹⁸ BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. Trad. port. Marcelo Coelho. 2. ed., São Paulo: Ática, 1994, p. 7.

¹⁹ *Ibidem*, p. 51.

tória pessoal, diz Bachelard, nada mais é do que *a narrativa de nossas ações descosidas e, ao contá-las, é por meio de razões, não por meio da duração, que pretendemos dar-lhe continuidade. Assim a experiência de nossa própria duração se baseia em verdadeiros eixos racionais; sem esse arcabouço, nossa duração se desmancharia.* Conclui ele então que não podemos *confundir a lembrança de nosso passado com a lembrança de nossa duração.*²⁰ Baseado na obra *Siloë*, de Gaston Roupnel, Bachelard oporá à duração bergsoniana uma única realidade do tempo, *aquela do instante.* Bergson, ao contrário, considerava que *toda duração é espessa: o tempo real não possui instantes.*²¹ O tempo pode renascer, sem dúvida, mas o fará depois de morrer, *ele não poderá transportar seu ser de um instante a outro para realizar uma duração.*²² A duração não pode ser, para Bachelard um dado imediato da consciência.²³ Assim, deve-se compreender o passado pelo presente *ao invés de se esforçar sem cessar de explicar o presente pelo passado.*²⁴ O tempo é preenchido por diversos instantes desconectados, descontínuos, puntiformes e a duração não é mais do que um número cuja unidade é o instante²⁵. Se em Bergson o instante é *uma abstração (forjada pela inteligência), em Bachelard a duração é que constituirá esse artifício.*²⁶ Ao reordenar os fatos, que compõem a memória do crime de Martingale, os que recordam realizam uma operação mental e racional que ordena, clarifica e dá sentido aos instantes que se espalham pelo tempo. A memória opera, então, como o inspetor Dalglish que ordena, clarifica e dá sentido às diversas recordações individuais

²⁰ BACHELARD, G., *A dialética da duração...*, op. cit., p. 39.

²¹ BERGSON, Henri. *Durée et simultanéité – à propos de la théorie d'Einstein.* Paris: Félix Alcan, 1923, p. 68. Apud SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? *Projeto História*, São Paulo: Educ, 24, jun., 2002, p. 48.

²² BACHELARD, Gaston. *L'intuition de l'instante: étude sur la Siloë de Gaston Roupnel.* Paris: Stock, 1932, p. 15.

²³ BACHELARD, G., *A dialética da duração...*, op. cit., p. 24.

²⁴ BACHELARD, G., *L'intuition de l'instante...*, op. cit., p. 25.

²⁵ *Ibidem*, p. 49-50.

²⁶ SEIXAS, J. A. de, Os tempos da memória..., op. cit., p. 54.

sobre o acontecimento, recuperando mesmo as recordações involuntárias que advém dos depoimentos, quando sua habilidade de interrogador surpreende os suspeitos e testemunhas que acabam dizendo aquilo que gostariam de esconder, ou revelando mesmo sem dizer o que pretendiam ocultar, recordações desconectadas entre si que se tornam uma trama com desfecho. A memória é, assim, uma memória detetive.

Se em Bachelard a memória é detetive em Pierre Nora o detetive não será a memória mas a própria história. Não existindo mais a memória para este autor (*Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais*²⁷), o detetive, ou a recordação e reconstrução dos acontecimentos, constitui-se na história propriamente dita, que se opõe à memória. Deste ponto de vista, o papel do inspetor Dalgleish seria não o de recompor as recordações dos suspeitos e testemunhas mas desconstruí-los. *No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é desconstruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido.*²⁸ A história faz um esforço para se livrar da memória e esta só sobrevive nos lugares de memória e nas celebrações, daí a emergência das necessidades de memória, da memória esfacelada, dos arquivos e monumentos que recordam memórias que já não existem mais, dos excluídos da história que reivindicam um lugar para suas memórias. *O fim da história-memória multiplicou as memórias particulares que reclamam sua própria história.*²⁹ Resta à memória não mais do que os lugares nos quais se “pendura”, enquanto a história o faz em acontecimentos, no que realmente ocorreu, no que realmente existiu e ao qual a memória não chega, apenas a história.³⁰ O inspetor Dalgleish, metáfora da história, deve decompor os relatos-memória dos suspeitos,

²⁷ NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Trad. port. Yara Aun Khoury. *Projeto História*. São Paulo: Educ, 10: 7-29, dez. 1993, p. 7.

²⁸ *Ibidem*, p. 9.

²⁹ *Ibidem*, p. 17.

³⁰ *Ibidem*, p. 25.

desfazendo seus álibis e recompondo o crime como ele deve realmente ter acontecido, livrando-se da memória enganadora. O detetive-história desvela o crime-fato que a memória não reconhece ou procura esconder, modificar.

Que memória temos hoje como objeto de interesse da história? As relações entre memória e história *têm se dado excluindo, sistematicamente, a faceta involuntária e afetiva, inerente à memória. A historiografia elegeu a memória voluntária, desqualificando a memória involuntária tida como constituindo um terreno de irracionalismo(s) e, por essa razão, avessa à história.*³¹ É como se a memória em sua relação com a história deixasse de ser memória *para enquadrar-se nos preceitos teórico-metodológicos da(s) historiografia(s), como se ela espontaneamente se redefinisse, abandonando pedaços importantes que a definem, no contato taumatúrgico da história.*³² No encontro com a história a memória muitas vezes perde seu caráter de ser uma função humana, de fundo emocional, afetivo e biológico para se confundir com uma versão reminiscente da história. Memória involuntária, afetividade, esquecimento, aspectos muitas vezes negligenciados pela historiografia. Tentaremos tratar destas questões sobre a história de São Paulo e os mitos que a percorrem, voluntária e involuntariamente.

Memória e esquecimento na história de São Paulo

Quem percorre as rodovias do estado de São Paulo passa por Anhanguera, Fernão Dias, Raposo Tavares, Bandeirantes, Anchieta, caminhos que lembram os desbravadores, os caçadores de riquezas e de índios, os catequizadores (ao menos aqui se reconciliam bandeirantes e jesuítas); quem passa por essas rodovias pode chegar a Itu, Ituverava, Itapetininga, Itapeva,

³¹ SEIXAS, J. A. de, Os campos (in)elásticos..., op. cit., p. 74.

³² SEIXAS, J. A. de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001, p. 38-39.

Pariüera-Açu, Indaiatuba, Guarulhos, Jandira, Guaratinguetá, Barueri. É como se os bandeirantes do Seiscentos ainda hoje, no século XXI, saíssem pelo sertão em busca de índios e esmeraldas, e os jesuítas ainda aprendessem a língua geral para levar a palavra da Igreja aos *bugres*. Persistente, a memória dos índios, desaparecidos de fato do território que hoje constitui o estado de São Paulo, permanece simbolicamente nos nomes das cidades. Caminhos batizados com os nomes dos colonos “desbravadores”, o que obscurece o fato de que a maioria destes caminhos deviam eles aos índios que os abriam. Ao menos nos nomes das cidades, nesta memória fossilizada presente na toponímia, conseguiu-se fixar os nômades “selvagens”, tendo o movimento ficado gravado apenas na memória dos feitos dos bandeirantes. Naquela época os padres já lamentavam que os nomes pagãos se sobrepujassem aos cristãos na América portuguesa: assim Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos manteve na memória apenas o nome dos índios desaparecidos, da mesma forma que o nome da madeira vermelha e resistente fez esquecer-se a Santa Cruz que nos nomeava. Também a São Paulo católica e jesuíta, cidade da conversão do gentio, sobrepôs-se à antiga Capitania de São Vicente, substituindo seu nome; mesmo tendo sido *muito famigerada noutro tempo* (famigerada no sentido de famosa), diz Frei Gaspar da Madre de Deus, era agora, no tempo em que escreve em fins do século XVIII, tão desconhecida que nem o nome primitivo conserva para memória de sua antiga existência.³³

Na cidade de São Paulo, memória e esquecimento jogam uma com o outro de maneira constante. Esta cidade já foi comparada a um palimpsesto, *um imenso pergaminho cuja escrita é raspada de tempos em tempos, para receber outra nova, de qualidade literária inferior, no geral. Uma cidade reconstruída duas vezes sobre si mesma, no último século.*³⁴ Em seu próprio nome

³³ MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 29.

³⁴ TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. 2. ed. aum. São Paulo: Duas Cidades, 1983, p. 67.

ela carrega o que deseja esquecer, pois ao contrário de sua homônima africana São Paulo de Luanda, a São Paulo de Piratininga reteve em sua denominação apenas a memória dos jesuítas que a fundaram, esquecendo-se de seu componente indígena. Nas mudanças dos nomes das ruas da capital piratiningana vemos ainda este jogo de recordação e esquecimento. *A Rua do Imperador é a atual Marechal Deodoro, a Rua do Rosário a 15 de novembro, o Largo do Bexiga tornou-se o Riachuelo. A memória coleciona anedotas, registra as citações, elucida a lembrança embaralhada.*³⁵ Neste jogo de esquecimentos, saem as lembranças do passado monárquico (o Imperador), a religiosidade popular (o Rosário) e as marcas de uma cidade insalubre e castigada por epidemias (o Bexiga). Entra em cena uma nova memória, recordadora de nobres militares republicanos, datas fundadoras da nação e de batalhas de honorável lembrança. Estas mudanças ocorrem por sugestão da câmara em 19 de novembro de 1889, que mudou também a rua da Princesa para Benjamin Constant, a Conde D'Eu para Glicério, a do Príncipe para Quintino Bocaiúva.³⁶ No Rio de Janeiro este processo é também evidente na Praça Tiradentes, que não obstante ter em seu centro uma estátua do herdeiro dos Bragança, D. Pedro I, leva o nome do “herói” morto e esquartejado por ordem de sua avó, Maria I, para que não se esqueça que a República venceu a monarquia.

No século XIX a toponímia da cidade abandona os nomes consagrados pelo uso e os substitui pelas homenagens à monarquia, que por sua vez não resistiriam ao advento da república. Prova para muitos da falta de memória da cidade que se constrói sobre seus escombros, que ela própria cria; no entanto pode significar também uma memória que se refaz de acordo com sua contemporaneidade, que constrói sua própria memória a partir das mudanças que ela engendra, esquecendo o passado

³⁵ MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro. *Cidade e política: São Paulo no século XIX*. Campinas, Dissertação (Mestrado), IFCH/Unicamp, 1990, p. 5.

³⁶ DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1997, p. 256-257.

que não pode ou não deve mais ser lembrado. Para Marc Augé, o esquecimento é necessário tanto à sociedade quanto ao indivíduo; é preciso, diz o autor, saber esquecer para apreciar o presente, e esquecer o passado recente para encontrar o passado antigo.³⁷ A república, para poder se estabelecer, teve que esquecer que fora um dia uma monarquia, e mesmo um território ultramarino; para recuperarmos este passado monárquico e colonial, temos de esquecer que somos uma república. Seria este trabalho da memória de recordar e esquecer necessário tanto à constituição da sociedade quanto ao estudo de seu passado. Quando esquecemos, operamos uma escolha, tanto quanto quando nos recordamos. *Lembrar-se ou esquecer é fazer um trabalho de jardinagem, selecionar, podar. As recordações são como as plantas: há aquelas que é preciso eliminar rapidamente para ajudar as outras a desabrochar.*³⁸ Paul Zumthor, que tratou do mesmo tema afirma que nossas culturas só se lembram esquecendo, *elas mantêm-se rejeitando uma parte do que elas acumularam de experiência, no dia-a-dia. A seleção drena assim, duplamente, o que ela criva.*³⁹ Este processo de seleção do esquecimento mantém da memória apenas o que permanece funcional para a sociedade, e neste caso São Paulo é um caso paradigmático de como este processo de lembrar e esquecer se dá sobre o espaço urbano, sobre o lugar da memória da cidade.

Não estaríamos distantes da visão de Halbwachs, de uma memória coletiva que guarda para si apenas aquilo que serve ao grupo ou aquilo que sobrevive enquanto o grupo que carrega esta memória sobrevive. Para ele *a memória social é sempre vivida, física ou afetivamente.*⁴⁰ Quando um grupo desaparece só se pode salvar suas lembranças pela palavra escrita, pela história.

³⁷ AUGÉ, Marc. *Les formes de l'oubli*. Paris: Payot, 1998, p. 7.

³⁸ Ibidem, p. 24.

³⁹ ZUMTHOR, Paul. *Tradição e esquecimento*. Trad. port. Jerusa Pires Ferreira, Suely Rolnik. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 15.

⁴⁰ D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora, *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 13(25/26): 97-103, set. 1992, ago. 1993, p. 98.

No entanto, o que poderia ter sido esquecido, por não ser mais útil, funcional, presente na paisagem de São Paulo, os índios que já não cantam, guerreiam nem caçam mais em seu território, permanecem semi-ocultos, irrompem nos nomes de cidades, bairros e ruas sem que quase ninguém se dê conta a que se remetem estes nomes, na farmacopéia popular, em técnicas de caça, pesca, plantio, na linguagem do caipira, na culinária. Por vezes, esta memória esquecida, porque (apenas) aparentemente destituída de utilidade ou sentido, irrompe no cotidiano de forma inesperada, por vezes violenta, sem que saibamos de onde vem. Se pudermos afirmar que *a história é também tributária do esquecimento*⁴¹, a história de São Paulo é tributária, entre outros, do esquecimento de sua memória mestiça e escrava.

Os mitos da história de São Paulo

Orgulhosos por força da nobreza de seus ascendentes, animados pelo espírito de liberdade selvagem que caracteriza a raça americana, espírito herdado do sangue materno, acostumados a ser obedecidos por numerosos escravos, passando grande parte de sua vida nos desertos, longe de toda a vigilância, os paulistas nunca foram um povo submisso.

*Auguste de Saint-Hilaire,
Viagem à Província de São Paulo.*

Como boa nova rica, São Paulo esforça-se por esquecer os seus tempos de formosa sem dote – e *formosa* é aqui uma concessão que se faz. Entram assim a indústria, o movimento republicano moderno e positivista, o trabalho assalariado, a metrópole globalizada; saem a lavoura, o mercado de subsistência, a monarquia, a colônia, a escravidão. Processo antigo, que podemos iden-

⁴¹ SEIXAS, Jacy Alves de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. *História: questões e debates*. Curitiba: UFPR, 32, jan./jun., 2000, p. 86.

tificar já no século XVIII, quando Pedro Taques de Almeida Paes Leme escreve sua *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica* (1767-1772), criando a nobreza da terra paulista. Mais tarde historiadores como Alfredo Ellis Jr. criariam o mito da *Raça de Gigantes*, imagem emprestada de Saint-Hilaire, que teria se formado em São Paulo justificando a imagem de Locomotiva que identifica a cidade no contexto da nação, levando atrás de si os demais estados em direção ao desenvolvimento e ao progresso. *No passado que é criado para São Paulo, os índios, os aventureiros e os imigrantes são incluídos, porém os conflitos existentes entre os vários grupos formadores dessa sociedade, são apaziguados e diluídos para que se construa a memória da elite e da camada dominante.*⁴² Mais do que esquecer personagens de sua história, a memória da cidade tenta aplacar os conflitos e as lutas que a formaram.

No caso do bandeirante, suposto ancestral das elites modernas e progressistas de São Paulo, cria-se a imagem de um ser dotado de força, determinação e independência, que não obedecia a reis ou papas em busca de seus “ideais”. Em obras de divulgação didática as características físicas destes bandeirantes não se assemelham a de nenhum homem mas a heróis; *criou-se a imagem idealizada de homem forte, corpulento, sábio e com um ar de profeta bíblico. Esta adjetivação atribui-lhe sabedoria e conhecimento fora da alçada dos homens comuns.*⁴³ Já no século XVIII autores como Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus criam o mito do bandeirante como desbravador e descobridor de novas terras, e o paulista como um povo no qual *sempre foi predominante a paixão por conquistar.*⁴⁴ Preocupava-se também Frei Gaspar em refutar as opiniões correntes, segundo ele de estran-

⁴² MIRANDA, Lilian Lisboa. São Paulo colonial: mitos e emblemas. *Revista Unifiefio*. Osasco, II(4): 55-60, jan. 2001, p. 56.

⁴³ ZAMBONI, Ernesta. O conservadorismo e os paradidáticos de história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 13(25/26): 175-192, set. 1992, ago. 1993, p. 187.

⁴⁴ MADRE DE DEUS, F. G., op. cit., p. 30.

geiros que nada sabiam da terra, de que a capitania tivesse sido povoada por fugitivos ou facínoras. Ao contrário, a *nobreza com que Martim Afonso povoou S. Vicente foi mais numerosa e mais distinta do que supõem até os mesmos que dela descendem*.⁴⁵

Se as justificativas dos sertanistas para suas expedições se baseavam na necessidade de mão-de-obra indígena que remediasses sua “pobreza”, ou a desobediência e maldades destes insuflados pelos jesuítas, as elites paulistas do Setecentos, premiadas pela concorrência dos reinóis, dão um destaque aos atos de bravura, à descoberta das minas, ao aumento do território.⁴⁶ Já no século XX a memória bandeirante serve para justificar a predominação econômica de São Paulo, que herda de seus antepassados o espírito de iniciativa, a valentia e o arrojo. Com a *alma bandeirante o paulista construía o seu progresso e o progresso do Brasil como um todo, puxando do desenvolvimento dos outros estados, qual uma locomotiva carregava seus vagões. Isto lhe dava o direito de exercer, sobre eles, sua liderança*.⁴⁷ Aventura, honradez, coragem, o *sadio ar do planalto (...) enfunava os corações fogosos, arbatando-os para as emprezas gigantescas*. Eram estes bandeirantes paulistas, os verdadeiros paulistas, *aqui nascidos, ou aclimatados ao sol montezino, estimulante de ousadias*.⁴⁸ Plantadores de cidades, farejadores de sítios propícios para os núcleos urbanos que revelava o *acerto do instinto urbanístico*⁴⁹, contribuíram para a fixação dos colonos, antecipando até mesmo o morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Capitão General da Capitania de 1765 a 1775 que desejava que os paulistas vivessem *como homens em Villas e Aldeas, onde possão ouvir Missa*

⁴⁵ MADRE DE DEUS, F. G., op. cit., p. 62.

⁴⁶ ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. (A construção de um símbolo paulista: o Bandeirante)*. São Paulo, Tese (Doutorado), Dep. de História/USP, 1985, p. 27-32.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 207.

⁴⁸ CORRÊA FILHO, Virgílio. O bandeirismo na formação das cidades. In: VV.AA. *Curso de Bandeirologia*. Conferências. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, p. 35.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 40.

*e receber os Sacramentos na hora da Morte, e serem sepultados em [solo] Sagrado., como catholicos, e em vida serem governados pelos dictames da razão, e da justiça, vivendo em sociedade. como homens e não pelos matos como feras.*⁵⁰

O mesmo D. Luís Antônio contribuiu para a construção desta memória dos feitos dos paulistas ao encomendar a Pedro Taques uma *Informação histórica sobre a fundação de algumas das primeiras vilas da Capitania de São Vicente*⁵¹, em 1767, e escrevendo ele próprio uma memória, ou *Demonstração dos princípios e das primeiras fundações da Capitania de São Paulo*.⁵² Nestes trabalhos, demonstra-se a fundação das vilas da capitania como obra civilizadora dos portugueses na América; nas palavras de D. Luís Antônio resultado da “animosidade” (ou coragem, ânimo, no sentido original da palavra) dos habitantes da Capitania criada pelo fidalgo Martim Afonso de Souza em nome do rei. Venceram os paulistas as dificuldades da terra desconhecida, os índios hostis, os franceses invasores, espalhando as povoações portuguesas pelo sertão e descobrindo as riquezas escondidas em seu subsolo. Recriador da memória de São Paulo, o governador faz todo o possível para apagar a memória dos jesuítas, fundadores da cidade e caídos em desgraça no governo pombalino: após sua chegada à cidade, o Pátio do Colégio é rebatizado como Largo do Palácio, e o antigo colégio dos inacianos transformado em palácio do governador.

No período da revolução de 1932, por exemplo, os paulistas irão se recordar de seu passado de isolamento, quando eram obrigados a agir por conta própria na luta contra a pobreza, a

⁵⁰ Carta à Câmara de Curitiba, 1767, *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado, 1943, v. 67, p. 137-138.

⁵¹ Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Arquivo de Mateus, Doc. 05. Informação histórica sobre a fundação de algumas das primeiras vilas da Capitania de São Vicente. São Paulo, 03 de janeiro, 1767. Por Pedro Taques de Almeida Pais Leme. I-30, 24, 5.

⁵² Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Arquivo de Mateus, Doc. 16. Demonstração dos princípios e das primeiras fundações da Capitania de São Paulo conforme as notícias adquiridas por D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, governador e capitão-general que foi da dita capitania. S.d. S.I. I-30, 26, 13.

falta de mão-de-obra – os indígenas “administrados” são habilmente esquecidos – enquanto as outras regiões eram privilegiadas com as atenções da coroa. *No fundo, o que se quer salientar é a batalha árdua dos paulistas em um período durante o qual os estados aliados a Vargas seriam privilegiados.*⁵³ Temos aqui nossas elites ressentidas com o tratamento desigual que o estado recebe, que irrompe em alguns momentos, como foi o caso de 1932 mas que está sempre latente. *Para S. Vicente a miséria; para o Nordeste a riqueza! Este foi o binômio fatal que deveria presidir toda a História do Brasil.*⁵⁴ Alfredo Ellis Jr. fala aqui do passado, mas com um evidente ressentimento do presente. Este ressentimento anda de mãos dadas com o ufanismo formando uma espécie de binômio ambivalente na construção da identidade regional: *estes dois sentimentos estão na base de uma comunidade simbólica de sentido que proporciona a coesão social e dá a sensação de pertencimento.*⁵⁵ Assim como apontado por Sandra Pesavento para a região sul do país, também em São Paulo o meio natural, de campo aberto e de fronteira, *garante o destino manifesto para a defesa da pátria e da liberdade.*⁵⁶ No entanto, mais do que espaço de defesa, São Paulo se vê como espaço de modernização dos meios produtivos, das instituições políticas, da cultura, da universidade, da liberdade.

Pierre Ansart lembra ao historiador que ele deve dar atenção para as linguagens, os modos de comunicação, os sintomas do

⁵³ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002, p. 56.

⁵⁴ ELLIS JUNIOR, Alfredo. O bandeirismo na economia do século 17. In: VV.AA. *Curso de Bandeirologia*. Conferências. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, p. 60.

⁵⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do sul profundo. In: BRESCIANI, S., NAXARA, M. (orgs.), op. cit., p. 225. Sobre o ressentimento na história cf. também HAROCHE, Claudine, Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. Trad. port. Luciano Lopreto. In: BRESCIANI, S., NAXARA, M. (orgs.), op. cit., p. 333-349, e KONSTAN, David, Ressentimento: história de uma emoção. Trad. port. Carlos Galvão, Cristina Meneguello. In: BRESCIANI, S., NAXARA, M. (orgs.), op. cit., p. 59-81.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 229.

ressentimento: *as distâncias alimentadas pela incompreensão recíproca das línguas, pelas imagens depreciativas nos contos e nas brincadeiras familiares, nas representações agressivas veiculadas pelas religiões*. E como tudo isso se articula para embasar os ressentimentos e, por vezes, *a violência aprovada e encorajada*.⁵⁷ O modo como, por exemplo, são tratados pela linguagem os migrantes, imigrantes, os índios e negros, não por acaso os representantes da mão-de-obra deste estado e desta cidade progressistas, o *baiano*, o *carcamano*, o *italianinho*, a *maloca* onde habitam os miseráveis, quase marginais, os *costumes africanos*. Quão pouco se escreveu sobre a escravidão em São Paulo, quão moderno foi o estado na implantação do trabalho livre; o trabalho de negros e índios, os *negros da terra*, foi quase todo esquecido, ainda que suas palavras e nomes insistam em permanecer.

No caso da capital paulista, a grande metrópole, a cidade que mais cresceu no século XX, o passado colonial, além de esquecido, produz também ressentimento. Não por acaso ela se reconstrói a cada geração, apagando-se e construindo uma nova cidade sobre a antiga. Por isso os estudos sobre a cidade colonial carregam sempre a imagem da metrópole ao estudar a cidade do passado, procurando a gestação do urbano, do planejamento, ou então do caos. Tanto quanto nos administradores e viajantes que reclamam da aparência *primitiva* da cidade, na história, esta mesma que para Nora em tudo se opõe à memória⁵⁸, também é evidente a referência: *o arcaísmo não está vinculado à persistência da vida campestre, mas à ausência dos paradigmas definidores da urbanidade como sinais de uma cidade civilizada*.⁵⁹ Memorialistas, viajantes⁶⁰, historiadores, poetas, são muitas as vozes que constroem a imagem de *desarranjo urbanístico*,

⁵⁷ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. Trad. port. Jacy Alves de Seixas. In: BRESCIANI, S., NAXARA, M. (orgs.), op. cit., p. 29.

⁵⁸ NORA, P., op. cit., p. 9.

⁵⁹ MONTÓIA, A. E. R., op. cit., p. 10.

⁶⁰ Sobre as imagens da cidade colonial nos viajantes cf. TORRÃO FILHO, Amílcar. Imagens de pitoresca confusão: a cidade colonial na América portuguesa. *Revista USP*. São Paulo: CCS/USP, 57: 50-67, mar./mai., 2003.

de desordem e insignificância. Álvares de Azevedo é uma das principais fontes destas imagens: *A cidade colocada na montanha, envolta de várzeas relvosas, tem ladeiras íngremes e ruas péssimas. É raro o minuto em que não se esbarra a gente com um burro ou com um padre.*⁶¹ A força das imagens de Álvares de Azevedo transforma-as em *documento* da desordem e da insignificância da São Paulo colonial, tomadas pela historiografia como fatos, dados empíricos. Como não reconhecer na historiografia os reflexos das imagens criadas pelo poeta romântico: *Demais, essa terra é devassa como uma cidade, insípida como uma vila, e pobre como uma aldeia. Se não estás reduzido a dar-te ao pagode, a suicidar-te de spleen, ou alumiar-te a rolo, não entres lá é a monotonia do tédio. Até as calçadas!*⁶² Esta cidade sem nome do drama de Álvares de Azevedo, nas palavras de Macário a seu companheiro Satã, *deveria ter o teu nome.*⁶³ Paulo Prado retoma a descrição satânica de Azevedo em seu *Paulística: Envolta em neblinas, ou resignada às chuvas pesadas do morno verão, deviam correr-lhe os dias vagarosos, na melancolia dos seus campos. Poucas ruas eram calçadas com grandes lajes de pedra vermelha; os melhores edifícios, feitos de taipa; as casas, sob largos beirais, baixas em meio de vastos quintais, mais aumentavam o silêncio e o deserto da cidade.*⁶⁴ São Paulo, na descrição poética de Álvares de Azevedo, ou “científica”, na historiografia que assim se pretende, é representada com uma fantasmagoria. As imagens *continuam a ser ilusórias, espectrais, cidade-fantasma.*⁶⁵ Cidade-desordem, na qual memória e história são chamadas constantemente a construir e desconstruir imagens.

⁶¹ ÁLVARES DE AZEVEDO, [Manuel Antônio]. *Noite na taverna. Macário*. São Paulo: Três, 1973, p. 121.

⁶² *Ibidem*, p. 120.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ PRADO, Paulo. *Paulística. História de São Paulo*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Ariel, 1934, p. 148-149.

⁶⁵ MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro, A cidade insípida, devassa e pobre: Álvares de Azevedo e o “spleen” iluminado (São Paulo no século XIX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 10(20): 251-260, mar./ago., 1991, p. 19.

A metrópole destrói ou esquece tudo aquilo que não diga respeito à sua modernização, ao seu crescimento, à sua dominância e seu caráter de locomotiva da nação. Esta modernização exclui tudo quanto há de natureza na cidade: *São Paulo, antes de tudo sublime pela condição de artefato, negação, domesticação da natureza*.⁶⁶ A cidade colonial, feita de taipa, é assimilada à vida modorrenta, provinciana, sobretudo secundária no contexto da América portuguesa, que em tudo se opõe ao seu desenvolvimento posterior. Por isso os monumentos de taipa, este material tão frágil – mais resistente é verdade, do que se costuma considerar – dá lugar ao concreto da metrópole, à rapidez, ao ritmo feérico. Não apenas a presença de raros vestígios de taipa, mas a emergência de movimentos como os sem-terra ou sem-teto, entre outros, recordam sempre uma outra temporalidade que não a celebrada oficialmente da velocidade das mudanças, da modernidade, da Locomotiva como *motor de um amplo processo de impulsionamento econômico que se irradia sobre o país*.⁶⁷

Para alguns a cidade americana, que destrói suas construções que contam não mais do que dez ou vinte anos, são cidades que não têm história. E a *verdadeira cidade, no entanto, tem necessidade da história; somente graças à história ela se torna cidade*.⁶⁸ Seriam cidades artificiais, sem vida; mas estas cidades não têm história, ou não têm memória como freqüentemente se diz, ou são constituídas por um dos componentes da memória que é o esquecimento, a seletividade, a ambição de um futuro que se constrói na imediatez e na reconfiguração do passado?

⁶⁶ BRESCIANI, Maria Stella M. Imagens de São Paulo: estética e cidadania. In: FERREIRA, Antônio Celso, LUCA, Tânia Regina de, IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.). *Encontros com a história: percursos historiográficos e históricos de São Paulo*. São Paulo: Unesp, Fapesp, ANPUH, 1999, p. 20.

⁶⁷ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Imagens de São Paulo: história e historiografia. In: *História em debate: problemas, temas e perspectivas*. Anais do XVIº Simpósio da ANPUH. São Paulo: CNPq, InFour, 1991, p. 108.

⁶⁸ NEUMEISTER, Sebastian. La ciudad como teatro de la memoria. (Argumentos literarios de un entorno humano). *Revista de Occidente*. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset. 145: 65-79, jun., 1993, p. 75-76.

Esta cidade, representada tão bem por São Paulo, que cresce a ritmo “feérico”, apesar de suas memórias fragmentadas, apresenta uma idéia de que seu crescimento se construiu à custa da miséria da maioria e por meio de planos políticos e urbanísticos idealizados pelas elites letradas, quase sempre descendentes daqueles outros heróis que construíram a cidade colonial destruída pelos engenheiros e urbanistas; o tempo rápido, a memória faiscante destes empreendedores, sobrepõe-se à memória mais lenta, cotidiana, da população. Cerasoli demonstrou como é bem pouco provável que a população da capital paulista na viragem do século XIX para o XX *apenas observasse extasiada as transformações – ou de modo limitado apenas resistisse ao diálogo –, assim como também é pouco esclarecedora a hipótese de predomínio da imposição de uma ordem pelos grupos dominantes, meramente incorporada pela maioria.*⁶⁹ Ao invés de vítimas de uma temporalidade extasiante, dominadora, totalitária, a memória desta população também se faz ouvir, nem sempre apenas em momentos de exceção, de revolta, onde estas vozes se alteiam em gritaria desordenada: como demonstra Cerasoli, este processo de modernização *se define intrinsecamente como tenso, conflituoso e plural.*⁷⁰

Qual das teorias sobre a memória seria, assim, mais adequada ao estudo da cidade colonial da América portuguesa, em especial a cidade de São Paulo e toda a região que a envolve, que hoje chamamos estado de São Paulo? Cada uma delas pode dar uma contribuição a esta história sem que tenhamos que fazer opções excludentes ou escolhas incondicionais. Pois se toda memória tem uma força social que está fora do indivíduo, sem que necessariamente o oprima, como mostra Halbwachs, o caráter involuntário da memória por vezes irrompe no presente com força inaudita. Se a duração de Bergson opera uma continuidade que

⁶⁹ CERASOLI, Josianne Francia. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. Campinas, Tese (Doutorado), Departamento de História da Unicamp, 2004, p. 13.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 31.

aparentemente homogênea a história, Bachelard realça o tempo descontínuo, a mudança, a possibilidade de genealogia. E num espaço urbano, os *lugares de memória* como definidos por Nora, são um conceito fundamental, desde que os consideremos para além dos monumentos evidentemente celebratórios e pensemos no próprio desenho, no plano da cidade, suas ruas e praças, como um imenso *lugar de memória* (ou de memórias); pensando a memória para além da *utilização metonímica* deste conceito, pensando em seus outros suportes além da linguagem, como *o corpo, as cerimônias e os objetos materiais*.⁷¹ Tudo isso sem deixar de questionar também a argumentação que afirma que *a memória, devido à sua maior proximidade da experiência vivida, consegue mais efetivamente que a historiografia estabelecer uma relação vital com o passado*, que provém, para Carlo Ginzburg, de um *clima antiintelectualista*.⁷² Lembremos com todos os autores citados: a memória é sempre reconstrução e atualização do passado, ela não nos restitui este passado tal qual ele foi e, se fixamos balizas claras que sirvam *para evitar, não a conspurcação de uma hipotética e indefensável pureza, mas a substituição da História pela memória* é porque *a História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História*.⁷³ Tampouco devemos promover a substituição da memória pela história, como se o processo de produção e apreensão de uma e outra pudessem ser compartilhados ou fossem análogos. Sem esquecer,

⁷¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 34: 9-24, 1992, 19.

⁷² GINZBURG, Carlo. Distância e perspectiva: duas metáforas. In: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. Port. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 196. Sobre isso cf. SEIXAS, J. A. de, Os tempos (in)elásticos da memória..., op. cit., p. 44: "Há cerca de vinte anos a história vem abrindo suas cidadelas à temática e às práticas da memória, tendo se multiplicado as obras que tratam de narrar o que se passou *efetivamente* ou de revisitar fatos históricos excepcionais, esquecidos ou recalçados a partir de relatos e testemunhos de experiências vividas e de biografias e autobiografias individuais ou coletivas".

⁷³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de, op. cit., p. 23.

também, que muitos historiadores comprometidos com a “veracidade dos fatos” narrados e de suas fontes, algumas vezes não fazem mais do que se render aos encantos sedutores da memória, enquanto outros, que pensam tratar da memória não fazem mais do que reproduzir os procedimentos historiográficos, igualmente sedutores, esperando que a memória, “pura” e “desinteressada” possa nos devolver o passado como ele realmente foi, sem os “enganos” da “ideologia”.

Como já havia indicado até aqui, o espaço da cidade é privilegiado para se observar como as diversas memórias, os esquecimentos e os ressentimentos de uma sociedade dialogam. As cidades *trazem em si camadas superpostas de resíduos materiais: elementos de arquitetura, recorte das ruas ou monumentos. Poucas vezes mantidos em sua integridade, sobrevivem na forma de fragmentos, resíduos de outros tempos, suportes materiais da memória, marcas do passado inscritas no presente. Configuram em sua singularidade uma marca, uma imagem da cidade. Estas camadas de resíduos materiais convivem com outras, também compostas por camadas sucessivas, contudo menos perceptíveis ao olhar, embora não menos importantes para a elaboração de uma identidade.*⁷⁴ Estes resíduos materiais são o que poderíamos chamar de monumentos da memória, que são como condensações de espaço e tempo da memória no espaço urbano, ao mesmo tempo instante e duração, quadros materiais da memória da cidade e evocação materializada. Estes monumentos são não apenas aqueles construídos enquanto marcos celebrativos, mas o desenho de suas ruas, seus nomes, seus caminhos, seus mapas, tudo aquilo que, como lembra Jacques Le Goff, tem a capacidade, voluntária ou não, de perpetuar as sociedades históricas e remeter a testemunhos que são apenas em mínima parte escritos.⁷⁵ Os monumentos são, dessa forma, *um dos suportes mais nítidos e socialmente compartilhados da memória*

⁷⁴ BRESCIANI, M. S., op. cit., p. 11.

⁷⁵ LE GOFF, J., op. cit., p. 227-228.

coletiva.⁷⁶ Nos monumentos e nos dejetos materiais e simbólicos, ou seja, os monumentos esquecidos e/ou destruídos, percebemos como se constitui a memória de São Paulo, o que ela recorda e o que ela mantém nas fímbrias do esquecimento. Museu ao ar livre que se expõe no tempo e no espaço a cidade ao destruir seus monumentos *recoloca o sentido do valor onde as significações se sucedem como camadas arqueológicas que se sobrepõem*.⁷⁷

Estas camadas superpostas, às quais se refere Bresciani, são também o resultado das relações complexas que engendram a cidade, *as relações de força que atravessam sua vida interior*; estas relações de força *marcam o espaço urbano e os signos urbanos reforçam as relações de dominação e de sujeição*.⁷⁸ São camadas de memórias superpostas, nas quais interagem os atores sociais *condensando e acumulando a experiência histórica da humanidade*.⁷⁹ Por isso é a cidade este grande *lugar de memória*, muito mais do que meramente um espaço no qual se produzem os lugares de memória dos homens. Mais do que o seu suporte, a cidade é ela própria memória, embate de saberes e temporalidades que se cruzam.

A cidade é memória, diz Cauquelin: *memória de pedra gravada, de arcos, arquivos, de fundamentos esquecidos, verdadeiros livros de história, que os arqueólogos escavam com seus instrumentos, que os historiadores da arte classificam, e onde encontramos o eco nas 'memórias' escritas de nossos ancestrais, próximos ou longínquos*.⁸⁰ Não apenas o espaço mas também o tempo é elemento constitutivo da cidade, daí pode-se afirmar que a cidade é memória e leva em conta a temporalidade, ou as diversas temporalidades, que a constituem, *como condição essencial*

⁷⁶ FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: Annablume, Fapesp, SESC, 1997, p. 45.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 55.

⁷⁸ ANSAY, Pierre, SCHOONBRODT, René (orgs.). *Penser la ville: choix de textes philosophiques*. Bruxelles: Aux Archives d'Architecture Moderne, 1989, p. 19.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 31.

⁸⁰ CAUQUELIN, Anne, *Essai de philosophie urbaine*. Paris: PUF, 1982, p. 9.

*de uma apreensão do espaço.*⁸¹ Bresciani propôs em texto instigante, que todas as cidades teriam, como Tebas, sete portas de entrada, sete portas de conhecimento, que buscam dar conta do que se denominou nas primeiras décadas do século XIX de *questão urbana*; a sétima e última porta seria a tentativa de *aprisio-nar em uma teia racional* o que já se denominou de caótico ou irracional: *a relação subjetiva das pessoas com a cidade e com tudo o que ela contém – coisas, pessoas, memórias...*⁸² Nas “dobras do tempo”, nas memórias superpostas que formam nossas relações com o espaço, Bresciani, seguindo Cauquelin, afirma residir uma leitura mais rica do que as representações globais e “racionais” da cidade: *as pequenas memórias, a maneira como vivemos nossos espaços e ocupamos nossa história de modo fragmentário, com esquecimentos e lacunas, sob a pressão e um estoque de opiniões das quais ignoramos a origem e recolhemos o resultado: uma fina película que serve de pele e suporte da vida social (Id.: 14).*⁸³ A memória edifica lugares na cidade, por meio de sedimentos temporais e espaciais. Estes sedimentos constituem diferentes temporalidades, diversos lugares-memória dentro de um mesmo espaço urbano, tempos vividos, tempos míticos, nem sempre diacrônicos como a história, mas superpostos como a memória, são as dobras no tempo de que fala Cauquelin e que formam a cidade e suas temporalidades.

Mas por que falar em romances policiais com relação ao estudo da cidade? Para além da analogia e das metáforas, Robert Pechman afirma que o detetive está *na origem das múltiplas tenta-*

⁸¹ CAUQUELIN, A., op. cit., p. 10.

⁸² BRESCIANI, Maria Stella, As sete portas da cidade. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, 34: 10-15, 1991, p. 10. As outras seis portas sugeridas por Bresciani são: a questão técnica; a questão social; a formação das identidades sociais; a formação de uma sensibilidade burguesa; a definição da cidade como lugar da história e do habitante da cidade como o seu sujeito; a cultura popular. Cf. também BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueira (orgs.). *Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA/FAU/ANPUR, 1992, p. 11-26.

⁸³ BRESCIANI, M. S., As sete portas..., op. cit., p. 14.

tivas de dar legibilidade à cidade. Treinado no espírito racionalista da Ilustração, ele está na origem de um esforço de leitura da cidade que irá desembocar, no século XX, no urbanista, cuja missão é transformar a cidade num objeto de todo transparente com o fito de desvendar os seus enigmas e, ao fazê-lo, enquadrar a cidade de forma a controlar toda ameaça de desordem e quebra da lei.⁸⁴ Se os urbanistas são como detetives que desvendam os segredos e mistérios das cidades, por que não os historiadores sermos detetives que desvendam os segredos e mistérios dos urbanistas, de nós mesmos historiadores e de todos os que criam o urbano?

⁸⁴ PECHMAN, Robert Moses, *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Apresentação de Stella Bresciani. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 282.